

# A temática indígena nas revistas brasileira e mexicana de história da educação<sup>1</sup>

Indigenous themes in Brazil's and Mexico's Journals of History of Education

El tema indígena en las revistas brasileñas y mexicanas de historia de la educación

**Sônia Maria da Silva Araújo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8240-9704>

**Alicia Civera Cerecedo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0021-2911>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar produções acadêmicas sobre a temática indígena na *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)*, de disponibilização aberta desde 2001, e na *Revista Mexicana de Historia de la Educación (RMHE)*, publicada ininterruptamente desde 2013. A partir dessa pesquisa, foram levantadas as seguintes questões: em que nível de frequência a temática indígena vem sendo tratada nos artigos das referidas revistas? Que eixos e/ou perspectivas permeiam esses artigos? Os dados foram coletados considerando-se as publicações ocorridas entre os anos 2001-2024. Trata-se de um estudo do tipo bibliográfico, aportado no modelo de pesquisa denominada de Estado do Conhecimento. Os resultados mostram que do total de 843 artigos publicados pelas revistas, apenas 17 tratam da temática indígena, o que representa, somente, 2%. As perspectivas tratadas foram organizadas/as em três eixo: processos de escolarização, cultura e teórico-metodológico, que englobam reflexões sobre instituições e institucionalizações. No âmbito das instituições, trata do ensino superior, escolas multisseriadas, escolas bilingues, dentre outras. No plano da institucionalização, trata: da integração, cristianização, civilização, trabalho e bilinguismo.

**Palavras-chave:** revistas de história da educação; educação indígena, estado do conhecimento.

**Abstract:** This article aims to analyze academic productions on indigenous themes in the *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)*, which has been openly available since 2001, and in the *Revista Mexicana de Historia de la Educación (RMHE)*, which has been published continuously since 2013. Stemming from this research, the following questions were raised: to what degree of frequency have indigenous themes been addressed in the articles of these journals? What axes and/or perspectives permeate these articles? Data were collected considering publications published between the years of 2001 and 2024. This is a bibliographic study, based on the research model known as the State of Knowledge. The results show that, out of the total of 843 articles published by the journals, only 17 address indigenous issues, which represents only 2%. The perspectives addressed were organized into three axes: schooling

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq



processes, culture, and theoretical-methodological, which encompass reflections on institutions and institutionalizations. In the scope of institutions, it deals with higher education, multi-grade schools, bilingual schools, among others. In terms of institutionalization, it deals with: integration, Christianization, civilization, work and bilingualism.

**Keywords:** History of Education Journals; Indigenous Education; State of Knowledge Research.

**Resumen:** El objetivo de este artículo es analizar las producciones académicas sobre temática indígena en la Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), de acceso abierto desde 2001, y en la Revista Mexicana de Historia de la Educación (RMHE), de publicación ininterrumpida desde 2013. A partir de esta investigación, se plantearon las siguientes preguntas: ¿Con qué frecuencia se ha tratado el tema indígena en los artículos de estas revistas? Qué ejes y/o perspectivas permean estos artículos? Los datos se recogieron teniendo en cuenta las publicaciones entre 2001 y 2024. Se trata de un estudio bibliográfico basado en el modelo de investigación Estado del Conocimiento. Los resultados muestran que del total de 843 artículos publicados por las revistas, sólo 17 tratan de cuestiones indígenas, lo que representa únicamente el 2%. Las perspectivas abordadas se organizaron en tres ejes: procesos de escolarización, cultura y teórico-metodológico, que incluyen reflexiones sobre instituciones e institucionalizaciones. En el contexto de las instituciones, se aborda la educación superior, las escuelas multigrupo, las escuelas bilingües, entre otras. En cuanto a la institucionalización, aborda la integración, la cristianización, la civilización, el trabajo y el bilingüismo.

**Palabras clave:** revistas de Historia de la Educación; educación indígena; estado del conocimiento.

## 1 Introdução

O estudo se dedica a realizar um mapeamento sobre a temática indígena e analisá-lo à luz da modalidade de pesquisa denominada “Estado do Conhecimento”. Foram coletados dados em duas revistas de história da educação: a *Revista Brasileira de História da Educação* e a *Revista Mexicana de Historia de la Educación*. O intuito do estudo é apresentar como a temática indígena vem sendo tratada por essas duas revistas e refletir sobre o que foi produzido na temática indígena e em particular na História da Educação.

De um modo geral, a temática indígena não recebe pelo campo da História, incluindo a História da Educação, o mesmo grau de interesse do campo da Antropologia estrutural, que, ao invés de envidar esforços em compreender as ações e suas motivações, investiu nas estruturas e modelos inconscientes, foi determinante para que o tema ficasse, predominantemente, sob o seu domínio. Ao lançar seu olhar ao *outro* para capturar estruturas inconscientes e atemporais e, principalmente, suspender possíveis interesses coloniais presentes entre missionários e administradores, os antropólogos reforçaram um afastamento ilusório de si com os sujeitos pesquisados, objetos de conhecimento, ao tempo em que, como esclarece Oliveira e Quintero (2020), anularam o protagonismo de atores e coletividades, e expunham os indígenas a “[...] um universo ficcional do qual estavam ausentes os conflitos, as variações e o porvir histórico [...]” (Oliveira; Quintero, 2020, p. 9).

Há algum tempo, desde a década de 1970 aproximadamente, a História, enquanto disciplina, parece estar tentando superar a lacuna que se criou com a ocupação da antropo-

logia estrutural de Lévi-Strauss no estudo sobre os indígenas. Ao tratar os indígenas como povos, como coletivos em disputa no contexto da política, a História traz os indígenas para sua existência no tempo e, neste sentido, como atores sociais. É nessa perspectiva que a antropologia histórica do México passa a construir uma leitura contextual, crítica, e recoloca o debate, alterando as narrativas sobre os indígenas. Mas, as produções sobre indígenas no campo da História da Educação, com os artigos das revistas brasileira e mexicana de história da educação, constroem essas reflexões mais atualizadas?

Para conhecer e analisar tais artigos, utilizamos como recurso metodológico as estratégias de pesquisa do *Estado do Conhecimento*, pois, o que norteia este estudo é a compreensão das leituras dos periódicos anteriormente mencionados para assim compreender como a História tem sido utilizada no estudo dos povos indígenas. Nessa direção, a questão primeira que se levanta é: a temática indígena vem sendo tratada na Revistas Brasileira de História da Educação e na Revista Mexicana de História de la Educación? Em caso positivo, outras se colocam: em que nível de frequência a temática indígena vem sendo tratada nos artigos das ditas revistas? Que eixos e/ou perspectivas permeiam esses artigos?

O Estado do *Conhecimento*, segundo Silva (2020), assim como o Estado da Arte, se constitui em estudo que faz “[...] levantamentos sistemáticos ou balanço sobre algum conhecimento produzido durante um determinado período e área de abrangência [...]”. Para Soares (1987, p. 67), estudos sobre o *Estado do Conhecimento* são importantes e necessários na medida em que “[...]podem conduzir à plena compreensão do estado atingido de um conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude e qualidade [...]”. Segundo essa autora, tal metodologia nos conduz a compreender a “[...] ampliação de enfoques e apropriação do tema por ciências que, até recentemente, não se tinham por ele interessado [...]” (Soares, 1987, p. 68).

Conforme Ferreira (2002), as pesquisas sobre *Estado do Conhecimento* ou *Estado da Arte* trazem em comum o desafio de mapear e de discutir determinadas produções acadêmicas sobre um tema o qual se busca investigar, elencando categorias e facetas que caracterizam os trabalhos realizados no conjunto e individualmente. Para além disto, Romanowski e Ens (2006) defendem que esse tipo de estudo não se restringe a identificar a produção, mas “[...] analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas [...]”, enfim, considerar as “[...] facetas sobre as quais o fenômeno vem sendo analisado [...]” (Romanowski; Ens, 2006, p. 39).

A partir dessa modalidade de pesquisa, este estudo foi realizado, se restringindo, por conta dos limites que um artigo científico impõe, e das finalidades requeridas, às publicações nos dois periódicos já explicitados. Os resultados foram organizados em em três pontos. No primeiro, tratamos das revistas como fontes de pesquisa. No segundo, apresentamos o levantamento dos artigos. No terceiro e último, desenvolvemos a análise. Por fim, a título de considerações finais, traçamos algumas reflexões (in)conclusivas.

## 2 Revista Brasileira e Revista Mexicana de Historia da Educação como fontes de pesquisa

A *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)* e *Revista Mexicana de Historia de la Educación (RMHE)* são dois impressos de grande circulação entre os pesquisadores do campo da História da Educação, em particular, e sua qualidade pode ser avaliada segundo os estratos atribuídos pelo *Qualis Periódicos* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>2</sup>. Segundo a última classificação realizada pela área de avaliação da Educação e da História da CAPES, ocorrida no quadriênio 2017-2020, a RBHE, e-ISSN 2238-0094, foi avaliada no estrato A1, e a RMHE, e-ISSN 2007-7335, no estrato B2.

Segundo Pasquini e Toledo (2014, p. 257), o uso da imprensa pedagógica “[...] como fonte de pesquisa possibilita a compreensão da educação enquanto processo histórico vinculado aos embates, fruto das relações sociais [...]”. Para a autora e autor, a imprensa fornece elementos que esclarecem os debates realizados na esfera social, e que nem sempre estão próximos dos setores formais da prática escolar. Portanto, para ambos esse tipo de estudo contribui para uma análise mais ampliada da educação na medida em que apresenta com significativa força o mundo exterior ao qual a educação escolar está inscrita. Defendem, em síntese, que a imprensa circula em suas páginas elementos históricos que propiciam o entendimento não só do processo educacional em si, mas dos debates havidos na sociedade na qual a educação desempenha papel relevante.

Para Vidal e Camargo (1992), o estudo de impressos ajuda na compreensão de cada época nos seus detalhes, pois captura a realidade fora de um enorme processo histórico que arrola causas e consequência, redimensionando nossa percepção tão cristalizada em “paisagens hegemônicas”, reforçando a importância desse tipo de estudo para a pesquisa em Educação. Catani (1996) destaca as potencialidades das revistas especializadas em educação como fonte para o estudo da constituição da dinâmica do campo educacional numa perspectiva histórica, ratificando sua defesa sobre a importância de estudos destas revistas. Para Catani e Bastos (1997, p. 7)

As revistas especializadas em educação constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional, pois fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico, o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Além disso, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida da imprensa periódica educacional permite conhecer as lutas por legitimidade que se travam

<sup>2</sup> O qualis periódicos é um sistema usado no Brasil para classificar a produção acadêmica dos Programas de Pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Tal sistema foi construído e é alimentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, que classifica os periódicos em estratos A, B e C. Os avaliados em estratos A (A1, A2, A3 e A4) são considerados os mais bem classificados; os em estratos B (B1, B2, B3 e B4) são os periódicos de qualidade mediana; os classificados em C, são periódicos com peso zero de avaliação.

dentro do campo e também analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares.

A defesa de Catani se respalda nos estudos de Nóvoa (1997), para quem os materiais presentes nos periódicos são, por excelência, capazes de mapear a multiplicidade do campo educativo. Segundo o autor, os impressos são fontes privilegiadas de compreensão da História da Educação.

Na esteira dos debates sobre a importância dos impressos na pesquisa em Educação, Bastos (2007) destaca como os estudos sobre eles podem oferecer reflexões promissoras ao dizer que:

O estudo do lugar da imprensa pedagógica no discurso social, as estratégias editoriais ante os fenômenos educacionais e sociais revelam-se, assim, ricos de informações ao pesquisador para o resgate do discurso pedagógico, das práticas educacionais, do cotidiano escolar, do grau de submissão dos professores aos programas e às instruções oficiais, da ideologia oficial e do corpo docente, da força de inovação e continuidade que representa, das contradições do discurso (Bastos, 2007, p. 168).

No caso específico dos periódicos cujos artigos são analisados neste estudo, além de se constituírem em fonte privilegiada de compreensão dos fenômenos educacionais no Brasil e no México, têm como característica singular o fato de se posicionarem no campo da História da Educação e problematizarem a temática indígena, temática que assume um lugar de relevância nos países onde os periódicos encontram-se registrados.

A Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), em particular, é a publicação oficial da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), criada por ocasião do I Congresso Brasileiro de História da Educação, na cidade do Rio de Janeiro, em 2000. Disponível em acesso aberto, ela circula nos meios acadêmicos nacional e internacional desde 2001. O periódico adota a publicação contínua de artigos inéditos, resultantes de pesquisas que abordam temas associados à história e à historiografia da educação. Considerando-se que todos os números publicados encontram-se disponibilizados no *site* do periódico, os volumes escrutinados perfazem um total de 23 anos, de 2001 a 2024.

A *Revista Mexicana de Historia de la Educación* (RMHE), por sua vez, também é publicação oficial da Sociedade Mexicana de História da Educação e recebe textos inéditos, produtos de pesquisas em andamento ou concluídas no campo da história da educação. Reúne também artigos que contribuem para uma séria reflexão metodológica e teórica, bem como revisões historiográficas. A Revista Mexicana recebe contribuições relacionadas à história da educação em geral, ao longo do ano. Além disso, periodicamente são publicadas chamadas

de trabalhos sobre temas específicos, que são incorporadas em conjunto e publicadas no número correspondente. Considerando que os números publicados remontam o ano de 2013, identificando tratar-se de um periódico mais “jovem” que a RBHE, os volumes escrutinados perfazem um total de 11 anos, de 2013 a 2024, resgatados do *site* da revista. Importa destacar que ser um periódico de história que aborda a educação principalmente nos séculos XIX e XX, o interesse dos pesquisadores da área acaba por ser direcionado a outros veículos.

Nos seus 21 anos, a Revista Brasileira publicou um total de 54 números e a revista Mexicana, nos seus 11 anos, 23 números. No caso da Revista Brasileira, as edições encontram-se distribuídas conforme tabela que segue.

Tabela 1 - Edições da Revista Brasileira de História da Educação (2001-2024)

Ano de Publicação	Volume	Número(s)	Quantidade de Números	Quantidade de Artigos
2001	1	1 e 2	2	14
2002	2	1 e 2	2	11
2003	3	1 e 2	2	17
2004	4	1 e 2	2	18
2005	5	1 e 2	2	16
2006	6	1 e 2	2	12
2007	7	1; 2; 3	3	21
2008	8	1; 2; 3	3	22
2009	9	1; 2; 3	3	21
2010	10	1; 2; 3	3	22
2011	11	1; 2; 3	3	19
2012	12	1; 2; 3	3	24
2013	13	1; 2; 3	3	27
2014	14	1; 2; 3	3	32
2015	15	1; 2; 3	3	32
2016	16	1; 2; 3; 4	4	43
2017	17	1; 2; 3; 4	4	41
2018	18	1	1	42
2019	19	1	1	41
2020	20	1	1	42
2021	21	1	1	45
2022	22	1	1	46
2023	23	1	1	46
2024	24	1	1	46
			54	700

Fonte: site da Revista Brasileira de História da Educação (RBHE).



Nessas 54 edições da RBHE, foram publicados 542 artigos avulsos; 158 artigos em 23 dossiês; 90 resenhas; 07 notas de leitura; 07 entrevistas; 01 tradução. A revista soma um total de 700 artigos publicados. Os dossiês trataram dos temas arrolados na tabela que segue. Constata-se que entre os dossiês temáticos não há discussões sobre a temática indígena.

Em relação à Revista Mexicana as edições encontram-se distribuídas segundo a seguinte tabela.

Tabela 2 - Edições da Revista Mexicana de Historia de la Educación (2013-2024)

Ano de Publicação	Volume	Número	Quantidade de Números	Quantidade de Artigos
2013	1	1 e 2	2	14
2014	2	3 e 4	2	10
2015	3	5 e 6	2	10
2016	4	7 e 8	2	10
2017	5	9 e 10	2	11
2018	6	11 e 12	2	10
2019	7	13 e 14	2	10
2020	8	15 e 16	2	14
2021	9	17 e 18	2	10
2022	10	19 e 20	2	16
2023	11	21 e 22	2	16
2024	12	23	1	12
			23	143

Fonte: site da *Revista Mexicana de Historia de la Educación* (RMHE)

A respeito da Revista Mexicana de História de la Educación, foram publicados, nos seus 23 volumes, 118 artigos avulsos; 14 artigos em 4 seções especiais; 11 artigos em 2 dossiês; 41 resenhas; perfazendo um total de 143 artigos publicados. Dentre as seções especiais e dossiês também não são tratadas as questões indígenas.

Metodologicamente, fez-se o levantamento dos artigos sobre a temática indígena nos *sites* dos dois periódicos ao se consultar cada número publicado. A detecção dos artigos se deu a partir dos títulos, o que se confirmava (ou não) com sua abertura e leitura. Considerando os interesses deste artigo, realizou-se a análise apenas dos artigo.

Ressalvando-se possíveis publicações que abordam de modo adjacente a temática indígena, os números demonstram que dos 700 artigos publicados na Revista Brasileira de História da Educação, apenas 13 tratam da temática indígenas, o que equivale a apenas 1,8%

do total de publicações. Na Revista Mexicana de Historia de la Educación, dos 143 artigos publicados, 4 tratam da temática indígena, o que equivale a aproximadamente 2,8% do total de publicações<sup>3</sup>. Isto significa que, proporcionalmente, a Revista Mexicana apresenta um número maior de publicações sobre populações indígenas que a Revista Brasileira. Do total de artigos publicados pelas duas revistas, 843 artigos, apenas 17 tratam da temática indígena, o que representa, somente, 2%. Feito isto, passamos para o levantamento das publicações.

### 3 Levantamento de artigos publicados sobre a temática indígena nas revistas brasileira e mexicana de história da educação

Como já se destacou anteriormente, dos 700 artigos publicados pela Revista Brasileira, apenas 13 tratam da temática indígena. Abaixo apresentamos um quadro com os artigos identificados.

Quadro 3 - Artigos sobre a temática indígena, publicados na Revista Brasileira de História da Educação

Tipo de produção	Título	Autores(as)	Referências da publicação
Artigo	Nem “programa de índio”, nem “presente de grego”: uma crítica a concepções teórico-metodológicas em pesquisas sobre educação escolar indígena, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1995-2001)	Léia Teixeira Lacerda Maciel, Giovani José da Silva.	2009. V. 9, N. 1 [19]
Artigo	Jovens indígenas nas universidades brasileiras: alguns aspectos históricos e interculturais	Sueli Barros da Ressurreição, Sonia Maria Rocha Sampaio	2015. V. 15, N. 3 [39]
Artigo	Escolarização kaingang no Rio Grande do Sul de meados do século XIX ao limiar do século XXI: das iniciativas missionárias à escola indígena específica e diferenciada	Maria Aparecida Bergamaschi, Cláudia Pereira Antunes, Juliana Schneider Medeiros	2020. v. 20, n. 1
Artigo	O cuidado de si tupinambá em narrativas de viajantes franceses no Brasil Colonial (séculos XVI e XVII)	Anderson de Carvalho Pereira (Autor)	2022. V. 22, n. 1
Artigo	Cultura alimentar indígena e os cuidados da cunhã, trocas culturais e educação não escolar na Amazônia colonial	Francídio Monteiro Abbate; Maria Betania Barbosa Albuquerque.	2024. V. 24, n. 1

<sup>3</sup> Importa destacar que no caso particular do México, a temática indígena pode estar sendo contemplada indiretamente em outros artigos, isto porque as políticas de miscigenação, tão fortes neste país, acabaram por resultar num debate mais complexo sobre o tema, no qual as questões indígenas são abordadas em meio a outras problemáticas do campo: estrutura escolar, formação de professores, bilinguismo etc.



Artigo	A educação de populações indígenas em Moçambique	Názia Anita Cardoso; Orquídea Coelho	2022, v. 22, n. 1
Artigo	A institucionalização e o disciplinamento de crianças indígenas nas missões salesianas do Amazonas/ Brasil (1923-1965)	Mauro Gomes da Costa	2021. v. 21, n.1
Artigo	Tramas conceptuales e institucionales en la historia de la educación bilingue en México	Susana Ayala	2021. v. 21, n.1
Artigo	Aportes de la antropología visual al análisis de lecturas sobre pueblos indígenas: o de cómo disminuir los riesgos de un estudio 'insular' de los textos escolares	Teresa Laura Artieda	2020. v. 20, n. 1
Artigo	Católicos para Deus e brasileiros para a pátria: os povos indígenas do alto Rio Negro e a Educação Escolar Salesiana (1960-1980)	Mauro Gomes Costa	2017. v. 17, n. 4 [47]
Artigo	As crianças tupinambás e sua educação no século XVI: ternura, dor, obediência	Jérôme Thomas; Tradução de: Carmen Lucia Soares	2014. v. 14, n. 1 [34]
Artigo	Colônia Orfanológica Isabel: uma escola para negros, índios e brancos (Pernambuco 1874-1889)	Adlene Silva Arantes	2009 v. 9, n. 2 [20]
Artigo	Educação dos índios na Amazônia do século XVIII: uma opção laica	Mauro Cezar Coelho	2008. v. 8, n. 3 [18]

Fonte: site da Revista Brasileira de História da Educação

Como também já se tratou anteriormente, dos 143 artigos publicados pela Revista Mexicana, apenas 4 abordam a temática indígena. Abaixo apresentamos um quadro no qual encontram-se arrolados todos os artigos identificados.

Quadro 4 - Artigos sobre a temática indígena, publicados na Revista Mexicana de Historia de la Educación

Tipo de produção	Título	Autores (as)	Ano da publicação
Artigo	O consumo indígena do cauim no Brasil colonial: contribuições a uma história não escolar da educação	Maria Betânia Barbosa Albuquerque	2015. V. 3, n.6
Artigo	La práctica docente en una escuela multigrado en un contexto indígena	Arely Hernández Mendoza	2023. v. 11, n. 22
Artigo	El uso negado de la lengua hñahñu en la escuela	Arely Hernández Mendoza	2023. v. 11, n. 21
Artigo	La educación indígena y los educadores en el Congreso Centroamericano de 1893	Amalia Nivón Bolán	2013. V. 1, n. 1

Fonte: site da *Revista Mexicana de Historia de la Educación*.

Os artigos publicados pelas duas revistas podem ser agrupados em 3 perspectivas de discussão: 1) a que trata de *processos de escolarização* da população indígena, 11 artigos; 2) outra que aborda a *cultura indígena* na sua dimensão educativa, 4 artigos; 3) Por fim, a que reflete acerca do *debate teórico-metodológico* de pesquisa sobre populações indígenas e educação, 2 artigos.

Dessas três perspectiva agrupadas, a Revista Mexicana contempla apenas duas: 1) a que trata de *processos de escolarização* da população indígena, 3 artigos; 2) a que analisa a *cultura indígena* na sua dimensão educativa, 1 artigos.

Da Revista Brasileira, do grupo que trata dos *processos de escolarização*, que reúne o maior número de artigos, 8 no total, despontam os escritos de: a) Sueli Barros da Ressurreição e Sonia Maria Rocha Sampaio (2015); b) Maria Aparecida Bergamaschi, Cláudia Pereira Antunes e Juliana Schneider Medeiros (2020); c) Názia Anita Cardoso e Orquídea Coelho (2022); d) Mauro Gomes da Costa, que publicou 2 artigos (2017; 2021); e) Susana Ayala (2021); f) Adlene Silva Arantes (2009); e g) Mauro Cezar Coelho (2008).

Em relação à revista mexicana, 3 artigos abordam os *processos de escolarização*, de autoria de: a) Arely Hernández Mendoza, que publicou 2 artigos (2023a; 2023b); e b) Amalia Nivón Bolán (2013).

Sobre a perspectiva dos *estudos da cultura indígena*, do lado da Revista Brasileira, despontam 3 artigo, dos seguintes autores: a) Anderson de Carvalho Pereira (2022); b) Francídio Monteiro Abbate e Maria Betania Barbosa Albuquerque (2024); c) Jérôme Thomas, traduzido por Carmen Lucia Soares (2014). Do lado da Revista Mexicana, 1 artigos foi publicado, o de Maria Betania Barbosa Albuquerque.

Referente ao *debate teórico-metodológico* das pesquisas sobre populações indígenas e educação, encontram-se 2 publicações na Revista Brasileira, representadas pelo artigo de: a) Léia Teixeira Lacerda Maciel e Giovani José da Silva (2009); b) Tereza Laura Artieda (2020).

#### **4 Indícios evidenciados nas revistas brasileira e mexicana de história da educação sobre a temática indígena**

A frequência das publicações na Revista Brasileira, com mais tempo de publicação, é equilibrada entre 2 e 1 artigo nos anos em que é tratado o tema indígena, ou seja, em nenhum ano há a publicação de mais de 2 artigos, o que supostamente poderia sugerir a incidência de algum acontecimento a provocar um interesse maior pela temática. A primeira publicação data de 2008, 7 anos após a sua criação. Isto diz muito sobre a reduzida relevância atribuída pelos historiadores brasileiros da educação em relação ao tema. Em 2009, registram-se 2 publicações e apenas 5 anos depois, em 2014, um outro artigo é publicado,

seguido de outro publicado em 2015. Apenas em 2017, volta a figurar 1 artigo sobre a temática indígena. Constatou-se uma regulação de frequência de publicações entre os anos 2020-2022. Nesses 3 anos (2020, 2021 e 2022) foram publicados 6 artigos, dois por anos.

Em relação à Revista Mexicana, 1 artigo é publicado em 2013, ano de sua fundação, seguido de outro artigo publicado 2 anos depois, em 2015. Porém, somente em 2023, 8 anos depois, são publicados 2 novos artigos. Isto também é uma demonstração de que, embora, proporcionalmente, a Revista Mexicana tenha publicado mais que a Revista Brasileira sobre o tema, o interesse despertado nos historiadores mexicanos pelos problemas educacionais das populações indígenas ainda é insuficiente, até porque, dentre estes artigos, um é de autoria de uma pesquisadora brasileira, Maria Betânia Barbosa Albuquerque (2015), ocorrido no volume 3, n. 6, e que aborda a cultura da *beberagem*<sup>4</sup> entre os Tupinambá no Brasil Colonial.

Importa destacar que na Revista Brasileira há publicações de pesquisadores de nacionalidade estrangeira. Constatou-se a publicação do autor francês Jérôme Thomas (2014), traduzido por uma pesquisadora brasileira, que trata de representações construídas por europeus sobre a criança indígena Tupinambá, presente no volume 12, n. 1. Também há a publicação do artigo de autoria de duas estrangeiras, Názia Anita Cardoso (2022), moçambicana, e Orquídea Coelho (2022), portuguesa, que trata da educação da população indígena de Moçambique, volume 22, n. 1. Ainda identificou-se a publicação da pesquisadora mexicana Susana Ayala Reyes (2021) sobre a história da educação bilingue no México, volume 21, n. 1, além do artigo da argentina Teresa Laura Artieda (2020), volume 20, n. 1.

Dentre os autores, destacam-se três, por terem publicado cada um dois artigos nas revistas, caso de Mauro Gomes da Costa (2017; 2021), Maria Betânia Barbosa Albuquerque (2015; 2024) e Arely Hernández Mendoza (2023a; 2023b). Mauro Gomes da Costa, publicou dois artigos na Revista Brasileira, o artigo intitulado “Católicos para Deus e brasileiros para a pátria: os povos indígenas do alto Rio Negro e a Educação Escolar Salesiana (1960-1980)”, editado no volume 17, n. 4, de 2017, e o artigo “A institucionalização e o disciplinamento de crianças indígenas nas missões salesianas do Amazonas/Brasil (1923-1965)”, localizado no volume 21, n. 1, de 2021. Maria Betânia Barbosa Albuquerque, publicou 1 artigo na Revista Mexicana, em português, sob o título “O consumo indígena do cauim no Brasil colonial: contribuições a uma história não escolar da educação”, no volume 3, n. 6, de 2015; e o artigo “Cultura alimentar indígena e os cuidados da cunhã, trocas culturais e educação não escolar na Amazônia colonial”, na Revista Brasileira, que figura como co-autora, em parceria com Francídio Monteiro Abbate, volume 24, n. 1, de 2024. Arely Hernández Mendoza, publicou seus dois artigos na Revista Mexicana, ambos em 2023, volume

---

<sup>4</sup> Prática coletiva de ingestão de bebida fermentada.

11, mas um no número 21 e outro no número 22. O primeiro, intitulado “El uso negado de la lengua hñahñu en la escuela” e o segundo “La práctica docente en una escuela multigrado en un contexto indígena”. Os seis artigos publicados pelos três autores correspondem a 35% das publicações sobre a temática indígena.

Os dados sobre as autorias também demonstram a importância da temática de um modo geral. Afinal, a temática indígena envolve não apenas reflexões de cunho nacional, mas, dentre outros, a história de “contato” e de “conquista” dos indígenas em processos de colonização; a história de luta e resistência dos povos indígenas contra a colonização; as táticas e estratégias de catequização e evangelização dos povos originários; a tentativa de supressão das línguas indígenas e a imposição da língua do colonizador. Neste sentido, o indígena passam a ser tema de interesse global.

Em relação aos *processos de escolarização*, constata-se que os artigos fazem discussões sobre *instituições e institucionalizações*. As escolas e o ensino são debatidos. Em particular, o acesso e permanência no ensino superior; colônias destinadas a populações indígenas; escolas multisseriadas; escolas bilíngues (ou bilinguismo); ação educativa missionária (católicos e protestantes) e laicidade; congressos responsáveis por indicar políticas públicas a populações indígenas.

Em relações a *instituições* específicas, 4 artigos despontam: o de Sueli Barros da Ressurreição e Sonia Maria Rocha Sampaio (2015); o de Adlene Silva Arantes (2009); o de Arely Hernández Mendoza (2023a); e o de Amalia Nivón Bolán (2013). A partir do tempo presente, Ressurreição e Sampaio (2015) colocam em discussão o acesso e permanência de indígenas no ensino superior, em universidades brasileiras. Arantes (2009) analisa uma colônia orfanológica, criada por missionários capuchinhos em 1874, que atendia crianças órfãs e ingênuas<sup>5</sup> no estado brasileiro de Pernambuco, localizado no Nordeste do país. Mendoza (2023), descreve e reflete sobre escolas contemporâneas multisseridas no México. Bolán (2013) analisa diretrizes indicadas por educadores no Congresso Centroamericano de 1893, que deveriam ser adotadas pela política educacional do Estado nacional mexicano às populações indígenas.

Em tais artigos, as autoras que assumem as instituições escolares como objeto mais central de suas reflexões – a universidade, as escolas multisseridas ou mesmo a Colônia Orfanológica Isabel, caso do estudo de Arantes (2009) –, são analisadas sob uma lógica a partir da qual a crítica às práticas são explicadas com base nos processos históricos de submissão das populações indígenas. Nesta direção, a colonização, com sua proposta de disciplinamento, que tinha por baliza a transformação do indígena, considerado selvagem e/ou ingênuo, em civilizado e temente a Deus, é fortemente recuperada pelas autoras

---

<sup>5</sup> Ingênuo foi denominação atribuída no Brasil a crianças negras livres, contempladas pela Lei do ventre Livre, de n. 2040, promulgada em 28 de setembro de 1871.

para explicar as práticas dessas instituições no passado e no presente. Da mesma forma, é também recuperado o momento em que as nações latino-americanas, já politicamente independentes, sob o olhar ideológico do positivismo e do liberalismo, reforçam as representações colonialistas dos europeus sobre os povos indígenas.

As autoras, a partir desses acontecimentos defendem que, mesmo após o reconhecimento do direito dos indígenas em terem direitos, e de que foram explorados e escravizados em suas próprias terras, os estigmas e preconceitos permaneceram na cultura latino-americana e, por extensão, nas instituições educativas, inclusive por parte daqueles (educadores e antropólogo) que diziam defendê-los e protegê-los. A ideia de cidadania, advinda da construção dos Estados nacionais, constatam as autoras, não foi capaz de fazer promover a superação da ideia de selvageria e barbárie colada à imagem do indígena. Os artigos demonstram que a existência de escolas multisseriadas para os indígenas, a organização de currículos voltados para o trabalho agrícola e o bilinguismo são exemplos de que os indígenas foram incluídos no sistema de ensino para serem excluídos. A manifestação de Ressureição e Sampaio (2015, p. 133), retratam com vigor esta compreensão, quando dizem:

a promoção do acesso de grupos étnicos e sociais em situação de desigualdade vai além do oferecimento de vagas e leis que regulamentam sua implementação. Há ainda um longo caminho a trilhar no grau de aplicação dessas leis, considerando-se a riqueza das diversidades de etnias indígenas neste país [o Brasil], as deficiências da educação básica, o financiamento de programas e projetos que promovam sustentabilidade, currículos interculturais e condições equânimes de inserção desses jovens na sociedade como atores críticos e transformadores.

Arantes (2009) também constrói enunciados nesta mesma linha de reflexão. Ela expõe:

o número de estudantes indígenas em turmas de ensino médio, ainda, é muito reduzido. Isso significa que centenas de jovens indígenas têm que migrar para as cidades em busca do ensino médio, enfrentando inúmeras situações de risco social (Arantes, 2009, p. 107).

As citações são apresentadas pelas autoras no sentido de confirmar os argumentos utilizados de que os indígenas continuam a ser tratados como “cidadãos” de segunda categoria. As políticas implementadas, para aqueles que analisam as instituições criadas a partir das independências dos países, não foram suficientes para garantir uma mudança de tratamento aos indígenas. A ideia de integração, tão presente no período colonial, foi agravado com os Estados nacionais e, segundo Mendonza (2023a), só um olhar atento

à complexidade dessas instituições, ao seu cotidiano, pode nos fazer tomar as decisões acertadas no sentido de superar o atraso escolar e as exclusões que promovem.

A respeito da *institucionalização*<sup>6</sup> nos artigos sobre os *processos de escolarização*, foram apontados os artigos de: Maria Aparecida Bergamaschi, Cláudia Pereira Antunes e Juliana Schneider Medeiros (2020); Názia Anita Cardoso e Orquídea Coelho (2022); os dois artigos de Mauro Gomes da Costa (2017; 2021); Susana Ayala Reyes (2021); Mauro Cezar Coelho (2008); e os dois artigos de Arely Hernández Mendonza (2023a; 2023b).

A produção desses artigos, em que a *institucionalização* se coloca como norteadora das reflexões dos autores sobre a temática indígena em correlação com o tema da educação, evidenciam cinco processos que incidiram sobre as populações indígenas da América Latina, Brasil e México, e de Moçambique, na África: 1) a integração; 2) a cristianização; 3) a civilização; 4) o trabalho; 5) o bilinguismo, todos articulados entre si, compondo um mosaico no qual o fim último é o colonialismo no seu sentido mais profundo, aquele segundo o qual, como explica Quijano (1992), se gera a colonialidade do ser, a colonialidade do saber e a colonialidade do poder.

Nos artigos dos autores anteriormente apontados, essas *institucionalizações* emergem e as recorrências indicam suas estruturas argumentativas. Do conjunto de artigos, a presença mais (ou menos) frequente de cada uma varia, mas todas elas não deixam de compor os enunciados ditos pelos autores. As variações no uso dessas *institucionalizações* decorrem do modo como cada autor articula os acontecimentos – a história –, às ações sobre os indígenas.

No caso da *integração*, trata-se de um processo de institucionalização utilizado pelos autores quando se reportam à colonização e à formação dos Estados nacionais. Na colonização, ela é articulada à atuação dos missionários, com suas escolas agrícolas, de primeiras letras e de artes e ofícios para indígenas. Segundo os autores a integração por meio dessas instituições, formalizadas em “escolinhas”, colônias e internatos, significava substituir, em comunidades inteiras, as práticas culturais indígenas pelas práticas culturais euro-ocidentais. No período de formação dos Estados nacionais, após as independências, a integração era defendida, argumentam os autores, porque os indígenas são tratados como grupos que impedem a unidade tão necessária à formação da nação. Integrar, neste caso, vão dizer os historiadores da educação, representava uma estratégia “necessária” para a defesa da pátria que nascia.

A integração defendida, tanto no período colonial, quanto nos primeiros anos de formação dos Estados nacionais, quando ainda se contava com a atuação de missionários, mesmo teoricamente se defendendo a laicidade do Estado, como demonstra Costa (2017,

---

<sup>6</sup> Entenda-se institucionalização como o ato de fazer processos sociais prevalecerem, por meio de sistemas de controle e opressão.



2021), era processada por práticas pedagógicas disciplinares, pelo controle dos corpos infantis, por regras rígidas de comportamento, como a proibição do uso da língua indígena, e pelo afastamento total das crianças de suas comunidades. Explica Costa (2021, p. 9):

O confinamento das crianças indígenas acarretava a ruptura radical do convívio familiar, social e cultural. Por um lado, essa segregação familiar e sociocultural visava afastá-los da influência dos grupos de origem e, por outro, inculcar novos conhecimentos, valores e costumes, de modo a apagar as tradições culturais que conformavam a identidade indígena para transformá-los em cristãos e indivíduos civilizados.

Os artigos que tratam de práticas e políticas educacionais desempenhadas por missionários, reforçam que objetivo era institucionalizar a *cristianização* entre os indígenas e construir a marginalização de seus rituais, dos ritmos de uso do tempo e de uso do espaço. Ao instruir cristianizando, os missionários retiravam os indígenas de seus imaginários, suas tradições, suas práticas cotidianas, tornando-os “dóceis”. O artigo de Cardoso e Coelho (2022), que aborda a educação de populações indígenas em Moçambique, demonstra que a cristianização visava inculcar “os valores da religião e da cultura dominante, estabelecendo também relações de poder e dominação (Cardoso e Coelho, 2022, p. 2).

A institucionalização da *civilização* dos indígenas, por sua vez, tornou-se, indicam os autores, um elemento de ligação entre indígenas e não indígenas. As construções da cultura indígena como não cultura, como selvageria e barbárie, deram conta de tentar construir a negação de si, e provocar a possibilidade do indígena de assumir a cultura do Outro. Afinal, práticas “civilizadas”, leia-se cultura do Ocidental, na história de contato entre brancos e indígenas, agiram como projeto pedagógico, ou seja, como modelo a ser seguido, a ser aprendido a longo prazo. Nesta direção, a *Lei de Diretório dos Índios*, de 1758, no Brasil, nas palavras de Coelho (2008) foi uma peça expressiva porque, para além das relações escolares, introduziu essa cultura dita civilizada na vida social indígena com a imposição do uso da língua portuguesa, com o casamento interétnico e o trabalho agrícola. Para Coelho (2008, p. 100), “[...] tais instâncias situaram o processo de civilização como um empreendimento laico, no qual a experiência, o exemplo e a adoção de valores civis se tornaram fundamentais [...]”.

O processo de civilizar os indígenas passava, assim, pela tentativa de inculcar habilidades e uma visão de mundo próprias do Ocidente por entre as populações indígenas e isto precisava ocorrer no cotidiano, nos ensinamentos que a paternidade lusa transmitiria aos filhos e, por parte da mãe, o abandono das práticas indígenas.



Os artigos também tratam da inserção do valor do *trabalho* no contexto dos povos indígenas, cujos membros eram considerados preguiçosos e indolentes. A institucionalização do trabalho, especialmente no processo de colonização, além de gerar uma nova lógica no modo de viver indígena, resultava na produção de riqueza para os colonizadores e, na contemporaneidade, os inseria nas camadas mais exploradas do capitalismo. Como explicam Bergamaschi, Antunes e Medeiros (2020), ao analisar a situação dos Kaingang do Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do XX, a escolarização, ao visar preparar o indígena para o trabalho agrícola, promoveu, de fato, o seu acesso à situação social de desigualdade. Nesta mesma direção, Reyes (2021), ao descrever o projeto educacional do primeiro Centro Coordenador Indigenista do Planalto de Chiapas, no México, explica que na década de 1950 antropólogos já apontavam que o maior problema a ser enfrentado em relação às populações indígenas era a desigualdade e a exploração econômica e social. Coelho (2008), quando trata da *Lei de Diretório dos Índios*, também reforça que em 1758, para os colonizadores, o trabalho era o que tornaria o indígena civilizado e o sentimento de ambição dele decorrente útil à metrópole. Segundo Coelho (2008, p. 112): “[...] durante a vigência do diretório dos Índios a preocupação em civilizar, por meio da agricultura, nunca esteve distante da necessidade de manter a colônia abastecida de gêneros para o consumo interno e para o comércio interatlântico [...]”.

A institucionalização do *bilinguismo*, presente nos artigos, recupera o seu uso na colonização, com vistas à dominação, mas, principalmente, por ocasião da formação dos Estados nacionais, com vistas à integração dos indígenas à nação. É a partir de então que, em função de um sistema educacional que garantisse o sucesso escolar, o bilinguismo passa a ser defendido e posteriormente superado pela noção de sistema unificado de educação.

Ao tratar dessa institucionalização, Reyes (2021) explica que em Chiapas, no México, a educação bilingue como política acabou por resultar em diferentes práticas de ensino e formação de professores em meados do século XX. Tal política se consolidou com a contratação de professores indígenas, falantes da língua indígena e do castelhano, para atuarem nas escolas. A intenção, identificada como política indigenista, contou com o apoio de especialistas convencidos de que a educação no meio rural deveria ser diferente da educação do meio urbano para que resultasse em sucesso escolar capaz de colocar os nativos em condições de alcançar um lugar digno na estrutura do poder sociopolítico e econômico como classe social. A ideia subjacente à educação bilingue era de que iniciar o processo escolar pela língua materna, indígena, ajudava na aprendizagem do espanhol, que precisava ser dominado pelos nativos para se defenderem de abusos, exploração e subordinação. A opção pelo bilinguismo gerou uma política de formação de professores e publicação de material didática na língua indígena que, na concepção da autora, deu bons resultados e, nas suas perspectivas, pela primeira vez os povos indígenas de Chiapas puderam receber

escolas que funcionaram de forma regular, acessível a todos, com mestres capacitados e material didático na língua indígena. Mas, em seguida, a política de unificação do sistema revisa a proposta e passa a aplicar um modelo de educação *para* os indígenas e não *com* os indígenas.

Nesta escola descompromissada com a cultura indígena, a língua se torna um instrumento de manipulação política de valores. Num segundo artigo publicado por Mendonza (2023b), resultante de uma pesquisa etnográfica com um professor indígena bilingue que nega o uso de sua língua materna, o *hñahñu*, na escola, ela mostra que a prática desse professor é fruto do lugar de desprestígio e preconceito contra os povos indígenas nas políticas educacionais no México. Ao acompanhá-lo, a autora constata que o próprio indígena é vítima da castelhanização; é ele quem diz que foi preparado para se “despossuir” de sua língua indígena. Demonstrado isto, a autora defende que o bilinguismo funcionou como política de integração, portanto, reforçando o preconceito contra a cultura indígenas que precisava ser suplantada pelo castelhanismo. Os depoimentos do professor deixaram evidente para a autora que as expectativas em torno da sua atuação era de que se tornasse falante monolíngue do castelhano e isto acontecia, no transcurso de sua formação, quando era ignorado ao tentar se comunicar em sua língua nativa. Mas, o mais grave, é que também era discriminado por “falar mal” o castelhano. Isto, segundo Mendonza (2023b), nos dá a verdadeira dimensão da violência que significou a escola bilíngue entre os indígenas.

Bergamaschi, Antunes e Medeiros (2020) também identificam a aplicação desta política com os *Kaingang* no Rio Grande Sul, Brasil, em meados do século XX, e para a qual foram preparados monitores bilingues que atuaram como auxiliares na escolarização das crianças. Para as autoras, a estratégia do bilinguismo visava, de fato, fazer avançar o processo de integração ao projeto nacional, mas resultou em resistência. Elas dizem:

Ainda que ao longo de quase todo o século XX as escolas das agências indigenistas do Estado tenham trabalhado para a integração dos kaingang à sociedade nacional, é possível constatar que os indígenas mantiveram papel ativo nesta relação, seja pela infreqüência das primeiras décadas, seja pelas estratégias encontradas para a valorização de sua língua nos anos 1970 e 1980 (Bergamaschi; Antunes; Medeiros, 2020, p. 15).

Como foi possível constatar com base nos ditos escritos dos autores, o processo de escolarização, a partir das instituições analisadas nos artigos – universidades brasileiras, escolas salesianas do Alto Rio Negro, escolas multisseriadas mexicanas e o Congresso Centroamericano de 1893 – e das institucionalizações processadas – integração, cristianização, civilização, trabalho e bilinguismo – os indígenas são atores políticos e so-

ciais cuja situação atravessa o processo histórico de contato entre colonizadores/colonizados, ainda em curso, promovendo a hierarquização dos povos. As ideias de cidadania, estado de direito e modernidade, assumidas pelos Estados nacionais colonizados, com suas políticas de integração, demonstraram, com base nos escritos analisados, que a escola permanece, contraditoriamente, sendo um recurso de dominação, expropriação e exploração dos povos indígenas.

A análise dos artigos permitiu que fosse identificado, no contexto da produção dos autores que tratam da temática indígena nas duas revistas, um grupo que aborda a educação na sua relação prioritária com a *cultura*, não necessariamente com a escola ou instituições educativas. Do conjunto desse grupo, o debate sobre a cultura refere-se: ao cuidado de si, à alimentação, à *beberagem* e o tratamento dado à infância pelos indígenas. Tais artigos são pautados em documentos, depoimentos escritos, cartas e relatos de viajantes, e representados por 4 artigos, dos seguintes autores: dois artigos de Maria Betânia Barbosa Albuquerque (2017), um em parceria com Francídio Monteiro Abbate (2024); Anderson de Carvalho Pereira (2022); e Jérôme Thomas (2014), com um artigo traduzido por Carmen Lucia Soares.

Tais artigos incidem muito fortemente sobre a história de preconceito e estigmas construídos sobre os povos indígenas e que acabam por explicar, de certa forma, as reflexões apresentadas pelos autores que tratam dos *processos de escolarização*. Isto porque são essas construções que sedimentam valores negativos sobre a cultura indígena e que resultam nas políticas de educação tão criticadas pelos autores anteriores, nos períodos colonial e de formação dos Estados nacionais.

Essas construções são apresentadas pelos autores dos artigos da cultura a partir de narrativas de viagem e documentos escritos por estrangeiros. No caso particular do artigo de Thomas (2014) sobre as crianças Tupinambá, ele advoga que as visões dos portugueses sobre o modo como esses indígenas lidavam com suas crianças, processo de nascimento, ritos de passagem e cotidiano, são ideologizados; que a liberdade presente nas relações entre pais/mães e filhos não significava formação sem regras. Para o autor, o modelo rígido, disciplinar e corretivo de relações que os europeus estabeleciam com suas crianças acabou por fazer com que julgassem os indígenas conforme suas culturas e experiências.

Ao detalhar as práticas indígenas dos Tupinambá em relação às crianças, o autor diz que, na verdade, eles demonstravam uma profunda ternura por elas. Ao contrário dos europeus, não as castigavam, nem as reprimiam, e quando uma criança morria, provocava imensa dor em toda a comunidade. Analisa Thomas (2014) que os europeus não se davam conta de que para os Tupinambá “[...] é o grupo social que dirige, regula, enfim, educa as crianças tupinambás, que, longe de serem deixadas a elas mesmas, são integradas às estruturas de sua comunidade [...]” (Thomas, 2014, p. 30). As crianças, adverte Thomas

(2014), são amadas por seus pais e inseridas na comunidade, integrando-se à organização social do grupo.

Em particular, Thomas (2014) destaca o *Rito do Couvade*, repouso do pai após o parto da criança. A *Couvade*, diz ele, “[...] é concebida como a afirmação de que o pai é o único genitor do ovo que foi introduzido na mãe, e a criança é o ‘pequeno pai [...]’, segundo a expressão de Karsten, ou seja, a representação do pai em miniatura” (Thomas, 2014, p. 33). Apesar do olhar enviesado dos autores dos registros, eles reconhecem que as crianças eram saudáveis, robustas, bem nutridas, sem problemas de saúde. Neste termos, Thomas (2014) conclui que na sociedade Tupinambá, uma sociedade sem escola, a educação como transmissão de saberes se fazia cotidianamente em todo lugar, o tempo todo. Ela guarda um sistema não coercitivo de difusão de saberes, que é transmitido pelos agentes de educação, que são os pais.

O artigo de Pereira (2022), que também trata da cultura Tupinambá, em que faz a análise de dois relatos de viajantes missionários franceses – Jean Léry e Yves D’Évreux – pelo Brasil nos séculos XVI e XVII, se debruça sobre o modo como os indígenas educam os filhos, concebem a infância, a mocidade e a velhice. Seu objetivo é entender as narrativas dos autores franceses como um duplo de si, ou seja, uma descrição do Outro a partir do que não se é, isto é, da alteridades. Os resultados levam o autor a entender que o modo dos Tupinambá de educarem os Filhos são “[...] lidos pelos viajantes pelo paradigma do pecado, da conversão e da pureza (sacralidade e profano) do corpo social [...]” (Pereira, 2022, p.1), isto porque encontravam-se imersos em suas heranças intelectuais cristãs.

Os artigos de Albuquerque (2015) e Abbate e Albuquerque (2024), que abordam a cultura alimentar e a cultura da beberagem entre os indígenas, defendem que em tais práticas culturais há um processo educativo não escolar muito importante porque configuram uma pedagogia do cotidiano que formam a sua identidade.

No artigo sobre a *beberagem* entre os Tupinambá, Albuquerque (2015) demonstra que ela funcionava como processo de socialização de saberes, o que se constitui em arranjos de ensino e aprendizagem da cultura. Na perspectiva da autora, práticas alimentares, nas quais se inclui a ingestão de bebida fermentada, são acontecimentos sócio-educativos, atuando como “[...] fator significativo na constituição da identidade social e cultural dos grupos [...]” (Albuquerque, 2015, p. 236). Por meio das práticas de alimentação, diz a autora, ensinamentos eram transmitidos e apreendidos configurando-as como uma situação de comunicação e aprendizagem.

Albuquerque (2015) conclui seu artigo afirmando que os rituais relacionados com a ingestão do Cauim, ao funcionarem como elemento de coesão social e de manutenção da identidade do grupo (coragem, valentia etc), garantiam a socialização de formas como

aquele grupo ordenava o mundo, atribuindo-lhe sentido. Ressalta que ao bradarem contra essa prática, colonos e religiosos tentavam fazer prevalecer o seu modelo educativo, que, com suas escolas e internatos, procuravam impedir esse aprendizado cultural, responsável pela transmissão da memória coletiva, ajuntamento e coesão social. Mas tal tentativa não funcionou segundo a autora. Até hoje o consumo de bebidas fermentas prevalece entre os indígenas.

No artigo sobre a cultura alimentar, Abbate e Albuquerque (2024) também visam apreender o seu caráter educativo. A intenção é analisar os usos da mandioca como planta de civilização e o papel das mulheres como mediadoras de saberes alimentares na Amazônia Colonial. Para o autor e autora, as mulheres, no exercício dessa cultura, são flagradas como educadoras porque garantem os cuidados cotidianos e ensinam os saberes alimentares necessários à sobrevivência tanto dos indígenas quanto dos colonizadores.

As reflexões sobre a mandioca são cruzadas com reflexões sobre fatos e documentos que ratificam a importância da mandioca na alimentação, assim como o desprezo por ela, resultado da visão colonialista do europeu sobre os hábitos alimentares das populações indígenas. Abbate e Albuquerque (2024) concluem o artigo resgatando a ideia da mandioca como *Rainha do Brasil*, a crítica à proposta colonialista de eliminar o seu cultivo e uso alimentar.

Em relação aos artigos referentes ao *debate teórico-metodológico*, como já se disse, foram identificados 2 artigos, das seguintes autorias: Léia Teixeira Lacerda Maciel e Giovani José da Silva (2009); e Teresa Laura Artieda (2020). Os escritos dos artigos apresentam duas perspectivas de reflexão sobre a discussão teórico-metodológica no trato da discussão das populações indígenas e sua relação com a educação: uma que faz o estado do conhecimento das pesquisas sobre educação escolar indígena, produzidas na região Centro-Oeste do Brasil, particularmente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em programas de pós-graduação (Maciel; Silva, 2009); outra que aplica uma metodologia de interpretação de fotografias etnográficas de indígenas em textos didáticos utilizados em escolas argentinas (Artieda, 2020).

Maciel e Silva (2009), ao realizar o levantamento de pesquisas sobre o tema na região já identifica, constatam haver (isto em 2009, portanto há 15 anos) poucos estudos sobre os processos de educação formal realizados junto aos indígenas. Isto acaba por resultar, defendem, num desconhecimento sobre processos históricos que engendraram experiências escolares formais entre as sociedades indígenas no Brasil, e que vem ocorrendo em duas tendências: a de dominação para fins de integração, assimilação e homogeneização cultural (da colônia ao século XX); a de reconhecimento do pluralismo cultural (em curso).

O levantamento feito pela autora e autor, dão conta de que 30% da produção sobre o tema tinha sido produzido naquela região, entre os anos 1978-2002. Ao Identificar os estudos publicados, por autor, Maciel e Silva (2009) criticam o caráter factual neles presentes, que não proporciona múltiplos aspectos e perspectivas espaciais e temporais, além de aprisionarem a rica e complexa realidade indígena em cânones há muito questionados no interior do saber historiográfico.

Maciel e Silva (2009) afirmam que os estudos produzem uma visão reducionista do tema ao dividir a história em duas fases autônomas: “passado de trevas” e “futuro iluminado”. A primeira correspondente a uma fase de decadência, sob a responsabilidade governamental e religiosa; a segunda, a fase áurea, na qual os indígenas se apropriam da escola e se tornam protagonistas dela. Isto, para os autores, incorre num grande erro: o de supor que apenas a autoria indígena garante a qualidade da escrita da história da educação indígena. Questionam os autores se os trabalhos sobre indígenas podem ser melhores se escritos por indígenas. Assim, passam a criticar o engajamento ideológico e militante dos pesquisadores. Para ambos, a escola indígena intercultural, bilingue, diferenciada e específica tornou-se um chavão esvaziado de conteúdos significativos e que talvez um bom trabalho etnográfico hoje nas escolas indígenas nos revelem ser tão ou mais autoritárias que as de “antigamente”. Finalizam o artigo dizendo que há uma tendência simplista e reducionista de tratar as escolas indígenas e para superar esse estado de coisas é preciso investir mais na história da educação escolar indígena, pensá-la como história de exclusão de determinados sujeitos do sistema escolar.

O artigo de Artieda (2020) expõe uma metodologia de análise de leituras acerca dos indígenas nos livros escolares da Argentina, utilizados entre 1885-1940. Para tanto, se vale da antropologia e da antropologia visual para realizar o trabalho de análise. Segundo a autora, esses campos facilitam o reconhecimento dos significados de imagens sobre indígenas reproduzidos no material didático utilizado com as crianças nas escolas.

Na concepção de Artieda (2020), esse material é responsável pela construção das identidades nacionais, das alteridades, das diferenças e de uma certa imagem negativa dos povos indígenas. Ela chama a atenção para o fato desse material ter sido produzido por professores com larga experiência na docência, ou por membros do sistema escolar, que construíram, ao lado de imagens produzidas pela arte e pela literatura, textos que reforçavam a representação do indígena como degenerado, em contraposição a dos brancos, considerados puros e civilizados.

No caso particular da escola, defende Artieda (2020) que a história criou representações sobre os contatos interétnicos que fortalecem a expansão do poder político sobre os indígenas como necessário para o avanço e o desenvolvimento da nação e que o material



didático utilizado nas escolas foi determinante para isto. Nesta direção, necessário se faz, segundo a autora, o estudo de iconografias para que se possa entender o poder que detém na formação de representações mentais não apenas de quem as recebe, mas, também, e principalmente, de quem as expõe, como é o caso dos autores dos livros escolares, quase sempre professores. A autora revela que no transcurso da pesquisa, ao se reportar aos originais das histórias transcritas nos livros escolares, se deparou com a possibilidade de haver nestas muita imaginação distante dos acontecimentos de fato ocorridos.

A autora faz uma breve discussão sobre como entender imagens, especialmente as imagens de indígenas, não raro sujeitas a intervenções na sua produção para, justamente, fortalecer a alteridades indígena, ou seja, o Outro não-indígena. A autora então apresenta algumas imagens e as analisa. Chama a atenção para representações diferenciadas dos indígenas, segundo o período em que foram produzidas. Destaca que a partir de 1880, as fotografias apresentam o indígena como uma ameaça, mostrando o suposto risco que sofreram os militares ao terem que enfrenta-los. Nestas, os estereótipos são acentuados: homens que vivem nas matas, com armas nas mãos, enfeites no peito e no rosto, e tangas que os cobria da cintura para baixo. São imagens que provocam desprezo e indiferença, além de desinteresse em conhecer a cultura indígena. Acompanham tais imagens, explica a autora (2020), textos que ratificam a ideia de que estes seres não mais pertencem à nação Argentina e que os poucos existentes já são civilizados. Isto para que fique assimilado no receptor da imagem, a ideia de que esses grupos nativos fazem parte de um tempo longínquo, que já não existe mais. Enfim, a autora demonstra que essas imagens são fundadoras de sentidos ou matrizes de aprendizagem que percorrem o imaginário do argentino sobre os povos indígenas. O livro escolar, defende, é um produto cultural cuja apreensão exige o conhecimento de outros processos e produtos culturais contemporâneos para que distorções sejam superadas.

## **5 Considerações finais**

Indubitavelmente, o volume de publicações nas revistas brasileira e mexicana de história da educação indicam o pouco interesse de seus interlocutores, em particular, pela temática indígenas, o que, de certa forma, não reflete o avanço, de um modo geral, de publicações sobre o tema nos anos de suas existências. Conforme expõe o Conselho Mexicano de Pesquisa Educacional (COMIE), que fez um estudo sobre o estado do conhecimento acerca da temática no México, com base em variados espectros de publicação, a produção é crescente. Maroldi, Lima e Hayashi (2018), que também fizeram um estudo semelhante no Brasil, em 2018, demonstram com dados substanciais que “[...] as produções científicas em educação indígena já não são mais incipientes [...]” (Maroldi, Lima e Hayashi, 2018, p.



950). Nesta direção, convém perguntar: por que os historiadores da educação, interlocutores da RBHE e da RMHE, apresentam tão pouco interesse pela educação indígena?

Embora esse não tenha sido o problema levantado para este estudo, tal questão apresentou-se ao seu final, principalmente porque as revistas são produzidas em dois países latino-americanos, com uma população indígena significativa e uma história colonial contra os indígenas que repercute até hoje, como demonstram os artigos analisados. Por hipótese, isto talvez ocorra por três motivos. Primeiro, o pouco interesse dos pesquisadores da história da educação pelo período colonial, momento no qual os indígenas eram atores históricos principais. Segundo, por uma tendência da área em tratar a educação a partir dos Estados independentes na perspectiva nacional e, dessa forma, lidar com o tema sob a lógica homogeneizante da escolarização, que silencia as populações indígenas. Terceiro, porque talvez os estudiosos da educação indígena prefiram publicar suas pesquisas em periódicos de Antropologia e de História Social e não em veículos de Educação, campo no qual a RBHE e a RMHE encontram-se prioritariamente localizadas.

A respeito das perspectivas de tratamento da temática indígena pelas revistas, constata-se uma preocupação com os *processos escolares*, a *cultura* na sua dimensão educativa não-escolar e de tratamentos *teórico-metodológicos* de pesquisa. Nestes, discute-se instituições, como universidade, escolas multisseriadas, escolas bilingues e Congresso Centroamericano; e institucionalizações, como a da integração, da cristianização, da civilização, do trabalho e do bilinguismo. Tais constatações encontram-se também presentes nos estudos de Fernández Escalante (2019, p. 362), para quem a historiografia da educação indígena tem apresentado um crescimento substantivo evidente, principalmente no México, Brasil, Argentina e Bolívia, e tratado de forma transversal discussões sobre castelhanização, evangelização, cidadania, formação, estados nacionais, entre outros.

Do conjunto dos debates, constata-se a recorrência sobre a herança de representações estigmatizadoras dos indígenas que não raro incidem sobre as políticas de educação escolar. As lutas e resistências dos indígenas contra a exploração, a submissão e a expropriação, mesmo não se apresentando com a mesma frequência que o domínio e o preconceito, indicam que há ainda um longo caminho a ser trilhado para que as marcas da colonização sejam superadas e as populações indígenas, no seu coletivo, mas com suas diferenças e particularidades, como indicam os organizadores da obra “[...] Campesinos y escolares, la construcción de la escuela en el campo latinoamericano, siglos XIX y XX [...]” (Civera, Ríos e Fernández Escalante, 2011), consigam ter disponível as condições necessárias para escolher o projeto de educação que desejam seguir. Talvez, a partir de então, as matrizes discursivas dos textos sobre os indígenas pela campo da história da educação venham a apresentar perspectivas mais promissoras.

## REFERÊNCIAS

- ABBATE, Francídio Monteiro; ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa. Cultura alimentar indígena e os cuidados da cunhã, trocas culturais e educação não escolar na Amazônia colonial. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 1-24, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/70972/751375157871>. Acesso em: 19 set. 2024.
- ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa. O consumo indígena do cauim no Brasil colonial: contribuições a uma história não escolar da educação. **Revista Mexicana de Historia de la Educación**, [s.l.], v. 3, n. 6, p. 233-256, 2015. Disponível em: <https://www.rmhe.somehide.org/index.php/revista/article/view/66/76>. Acesso em: 19 set. 2024.
- ARANTES, Adlene Silva. Colônia Orfanológica Isabel: uma escola para negros, índios e brancos (Pernambuco 1874-1889). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, [s.l.], v. 9, n. 2 [20], p. 105-136, maio/ago., 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38551/20082>. Acesso em: 19 set. 2024.
- ARTIEDA, Teresa Laura. Aportes de la antropología visual al análisis de lecturas sobre pueblos indígenas: o de cómo disminuir los riesgos de un estudio 'insular' de los textos escolares. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/51254/751375149103>. Acesso em: 19 set. 2024.
- BASTOS, Maria Helena camara. A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. O exemplo da França. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 12, n. 34, jan./abr, 166-168, 2007.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ANTUNES, Claudia Pereira; MEDEIROS, Juliana Schneider. Escolarização kaingang no Rio Grande do Sul de meados do século XIX ao limiar do século XXI: das iniciativas missionárias à escola indígena específica e diferenciada. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 1, p. 2-24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/46286/751375149865>. Acesso: 19 set. 2024.
- BOLÁN, Amalia Nivón. La educación indígena y los educadores em el Congreso Centroamericano de 1893. **Revista Mexicana de Historia de la Educación**, [s.l.], v.1, n. 1, p. 85-107, 2013. Disponível em: <https://www.rmhe.somehide.org/index.php/revista/article/view/13/18>. Acesso em: 19 set. 2024.
- CARDOSO, Názia Anita; COELHO, Orquídea. A educação de populações indígenas em Moçambique. *In: Revista Brasileira de História da educação*. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 1-28, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/61634/751375154442>. Acesso em: 19 set. 2024.
- CATANI, Denice. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e filosofia**, [s.l.], v. 10, n. 20, 115-130, jul/dez. 1996. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/928>. Acesso em: 22 de set. 2024.
- CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CIVERA, Alicia; RÍOS, Juan Alfonseca Giner de Los; FERNÁNDEZ ESCALANTE, Carlos (Coord.). **Campesinos y escolares**. La construcción de la escola en el campo latinoamericano (siglos XIX y XX). México: El Colegio Mexiquense, Miguel Ángel Parrúa, 2011.

COELHO, Mauro Cezar. Educação dos índios na Amazônia do século XVIII: uma opção laica. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, [s.l.], v. 8, n. 3 [18], p. 95-118, set./dez., 2008. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40815/21289>. Acesso em: 19 set. 2024.

COSTA, Mauro Gomes da. A institucionalização e o disciplinamento de crianças indígenas nas missões salesianas do Amazonas/Brasil (1923-1965). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, [s.l.], v. 21, n.1, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/55047/751375152327>. Acesso em: 19 set. 2024.

COSTA, Mauro Gomes. Católicos para Deus e brasileiros para a pátria: os povos indígenas do alto Rio Negro e a Educação Escolar Salesiana (1960-1980). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, [s.l.], v. 17, n. 4 [47], p. 163-193, out./dez., 2017. Disponível em: [https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40692/pdf\\_225](https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40692/pdf_225). Acesso em: 19 set. 2024.

FERNÁNDEZ ESCALANTE, Carlos. Historia de la educación y ¿minorías? Indígenas en América Latina. ARATA, Nicolás; PINEAU, Pablo (coord.). **Latinoamérica**: la educación y su historia: nuevos enfoques para su debate y enseñanza. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, [s.l.], ano XXIII, n. 79, p. 257-272, Ago./2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 de set. 2024.

MACIEL, Léia Teixeira Lacerda; SILVA, Giovani José da Silva. Nem “programa de índio”, nem “presente de grego”: uma crítica a concepções teórico-metodológicas em pesquisas sobre educação escolar indígena, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1995-2001). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, [s.l.] v. 9, n. 1 [19], p. 205-226, jan./abr., 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38563/20094>. Acesso em: 19 set. 2024.

MAROLDI, Alexandre Masson; LIMA, Luis Fernando Maia; HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. A produção científica sobre educação indígena no Brasil: uma revisão narrativa. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação - RIAEE**, Maringá, v. 13, n.3, p. 931-952, jul./set, 2018. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/?ogbl#inbox/KtbxLthshIhmBwWXVMNStVvprTCZkcKSv-V?projector=1&messagePartId=0.1>. Acesso em 5 out.2024.

MENDOZA, Arely Hernández. La práctica docente en una escuela multigrado en un contexto indígena. **Revista Mexicana de Historia de la Educación**, [s.l.], v. 11, n. 22, p. 171-187, 2023a. Disponível em: <https://www.rmhe.somehide.org/index.php/revista/article/view/478/554>. Acesso em: 19 set. 2024.

MENDOZA, Arely Hernández. El uso negado de la lengua hñahñu en la escuela. **Revista Mexicana de Historia de la Educación**, [s.l.], v. 11, n. 21, p. 175-194, 2023b. Disponível em: <https://www.rmhe.somehide.org/index.php/revista/article/view/412/511>. Acesso em: 19 set. 2024.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Camara. **Educação em revista: a Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco de; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 7-31, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/35hkmFFFVkJ6xJ7HHRRsF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 de set. 2024.

PASQUINI, Adriana Salvaterra; TOLEDO, César Alencar. Historiografia da educação: a imprensa enquanto fonte de pesquisa. **Interfaces Científicas – Educação**. Aracaju, v.2, n.3. p. 257-267, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1297>. Acesso em: 22 de set. 2024.

PEREIRA, Anderson de Carvalho. O cuidado de si tupinambá em narrativas de viajantes franceses no Brasil Colonial (séculos XVI e XVII). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/60185/751375154825>. Acesso em: 19 set. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLA, H. (org.). **Los conquistados**. 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1992.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>. Acesso em: 21 de set. 2024.

REYES, Susana Ayala. Tramas conceptuales e institucionales en la historia de la educación bilingüe en México. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, [s.l.] v. 21, n.1, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/54094/751375152328>. Acesso em: 19 set. 2024.

RESSUREIÇÃO, Sueli Barros da; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Jovens indígenas nas universidades brasileiras: alguns aspectos históricos e interculturais. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 15, n. 3 [39], p. 109-139, set./dez., 2015. Disponível em: [https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40785/pdf\\_77](https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40785/pdf_77). Acesso: 19 set. 2024.

SILVA, Anne Patrícia Pimentel Nascimento da. O estado da arte ou o estado do conhecimento. **Educação**. Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, set./dez. 2020. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-25822020000300005](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822020000300005). Acesso em: 21 de set. 2024.

SOARES, Magna Becker; Levantamento e avaliação de estudos e pesquisas sobre alfabetização no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 5, p. 64-72, jul., 1987. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46981987000100020](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981987000100020). Acesso em: 24 de set. 2024.

THOMAS, Jérôme. As crianças tupinambás e sua educação no século XVI: ternura, dor, obediência. Tradução de Carmen Lucia Soares. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, [s.l.], v. 14, n. 1 [34], p. 23-47, jan./abr., 2014. Disponível em: [https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38862/pdf\\_11](https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38862/pdf_11). Acesso em: 19 set. 2024.

VIDAL, Diana; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A imprensa periódica especializada em educação e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira

de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.73, n. 175, p. 407-430, set./dez. 1992. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/336270664\\_A\\_imprensa\\_periodica\\_especializada\\_e\\_a\\_pesquisa\\_historica\\_estudos\\_sobre\\_o\\_Boletim\\_de\\_Educacao\\_Publica\\_e\\_a\\_Revista\\_Brasileira\\_de\\_Estudos\\_Pedagogicos](https://www.researchgate.net/publication/336270664_A_imprensa_periodica_especializada_e_a_pesquisa_historica_estudos_sobre_o_Boletim_de_Educacao_Publica_e_a_Revista_Brasileira_de_Estudos_Pedagogicos). Acesso em: 22 de set. 2024.

---

Recebido em julho/2024 | Aprovado em novembro/2024

#### MINIBIOGRAFIA

##### **Sônia Maria da Silva Araújo**

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com Pós-doutorado pela Universidade de Coimbra. Professora Titular da Universidade Federal do Pará. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará e coordenador do Grupo de Pesquisa José Veríssimo e Pensamento Educacional Latino Americano. E-mail: ecosufpa@gmail.com

##### **Alicia Civera Cerecedo**

Doutora em Investigações Educativas pelo Departamento de Investigações Educativas do Centro de Investigações e de estudos Avançados (DIE, Cinvestav). Investigadora do Departamento de Investigações Educativas do Centro de Investigações e de estudos Avançados (DIE, Cinvestav). E-mail: acivera@cinvestav.mx

